Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. JERSON DOMINGOS

DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 8523/2015

PROCESSO TC/MS	: TC/17097/2014
PROTOCOLO	: 1553270
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DAS ÁGUAS
RESPONSÁVEL	: IVAN DA CRUZ PEREIRA
CARGO	: PREFEITO MUNICIPAL
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 301/2014
CONTRATADO	: R. G. DE REZENDE - ME
OBJETO	: LOCAÇÃO DE UMA MÁQUINA ESTEIRA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150HP PARA PRESTAR 400 HORAS DE SERVIÇOS
MODALIDADE	: PREGÃO PRESENCIAL N. 066/2014
VALOR	: R$ 67.000,00 (SESSENTA E SETE MIL REAIS)
RELATOR (A)	: CONS. JERSON DOMINGOS

Tratam-se os autos de procedimento licitatório Pregão Presencial n. 66/2013 que originou o Contrato Administrativo n. 301/2014, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Paraíso das Águas e R. G. de Rezende - ME, tendo por objeto a locação de uma máquina esteira, com potência mínima de 150 HP, para prestar 400 (quatrocentas) horas de serviços.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo na análise ANA-3ICE – 9864/2015 (f. 149/152), após verificar os documentos comprobatórios do procedimento licitatório, da formalização do instrumento do contrato e da execução financeira (1ª, 2ª e 3ª fases), manifestou-se pela regularidade das três fases da contratação.

O Ministério Público de Contas emitiu seu parecer (f. 153), concluindo pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório, da formalização do contrato e dos atos praticados no decorrer de sua execução financeira.

É o relatório.

Constata-se que foram observadas as disposições regimentais quanto à instrução processual, bem como os atos referentes ao procedimento licitatório e formalização do instrumento do contrato, atendem as determinações da Lei Federal n. 8.666/93 e INTC/MS n. 35/2011.

No que tange à execução financeira, as etapas foram realizadas de acordo com as disposições contidas na legislação vigente, em especial a Lei n. 4.320/64, restando clara a liquidação da despesa.

Diante do exposto, não havendo óbice de natureza legal ou regimental, acolho a manifestação da 3ª ICE e o parecer do Ministério Público de Contas e DECIDO:

I - Pela REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório Pregão Presencial n. 066/2014 e da formalização do Contrato Administrativo n. 301/2014 (1ª e 2ª fases), celebrado entre a Prefeitura Municipal de Paraíso das Águas e a empresa R. G. de Rezende - ME, nos termos do inciso I, do art. 59 da Lei Complementar n. 160, de 02 de janeiro de 2012 c/c os inciso I e II do art. 120, da Resolução Normativa n. 76, de 11 de dezembro de 2013;

II – pela REGULARIDADE e LEGALIDADE da execução financeira da contratação (3ª fase), com base no inciso I do art. 59 da LC n. 160/12 c/c inciso III do art. 120 e 171, da RNTC/MS n. 76/13.

III – pela COMUNICAÇÃO do resultado do julgamento ao interessado, conforme o artigo 50 da Lei Complementar n. 160/2012 c/c o artigo 94 da Resolução Normativa TC/MS n. 076/2013.

Campo Grande, 05 de novembro de 2015.

Conselheiro Jerson Domingos
Relator

rc